



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA – UNILAB
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)
INSTITUTO DE HUMANIDADES-IH
CURSO BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES (BHU)**

BRENA SOUSA DA SILVA

**AS PERCEPÇÕES DE EDUCADORES/AS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE
ENSINO FUNDAMENTAL DE ITAPIÚNA-CE SOBRE AS PRÁTICAS DE
PRECONCEITO ENTRE ESTUDANTES**

ACARAPE

2019

BRENA SOUSA DA SILVA

AS PERCEPÇÕES DE EDUCADORES/AS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE
ENSINO FUNDAMENTAL DE ITAPIÚNA-CE SOBRE AS PRÁTICAS DE
PRECONCEITO ENTRE ESTUDANTES

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades

ORIENTADOR: Prof. Dr. Jon
Anderson Machado Cavalcante

ACARAPE

2019

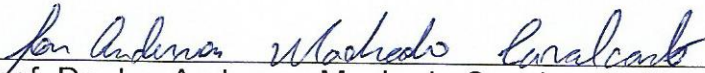
BRENA SOUSA DA SILVA

AS PERCEPÇÕES DE EDUCADORES/AS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE
ENSINO FUNDAMENTAL DE ITAPIÚNA-CE SOBRE AS PRÁTICAS DE
PRECONCEITO ENTRE ESTUDANTES.

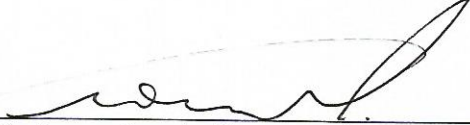
Projeto de Pesquisa apresentado à
Banca Examinadora da Universidade
da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, para
obtenção do grau de Bacharel em
Humanidades.

Aprovado em: 27 / 03 / 2019.

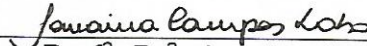
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Jon Anderson Machado Cavalcante (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Prof. Dr. Leandro de Proença Lopes
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Prof.^a. Dr.^a. Janaina Campos Lobo
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Resumo: Este projeto de pesquisa se propõe a compreender a percepção de educadores e educadoras de uma escola pública de Ensino Fundamental do município de Itapiúna, no interior do Ceará, sobre as práticas de preconceito entre estudantes dessa instituição. Buscaremos essa compreensão, a partir dos seguintes objetivos específicos: descrever as práticas de preconceito presentes no cotidiano escolar, conhecer a percepção dos educadores e educadoras sobre práticas de preconceitos no cotidiano escolar, identificar na visão desses educadores e educadoras os efeitos desses preconceitos na vida desses/as estudantes e avaliar que medidas são utilizadas para combater as práticas de preconceito na escola. Será uma pesquisa qualitativa, na forma de um Estudo de Caso pois, entendemos que esse é o delineamento que melhor favorece esse tipo de investigação. Desse modo, acreditamos que esse projeto pode contribuir para futuros estudos acadêmicos no campo das Ciências Humanas e da Educação com o tema preconceito na escola. Para construir a fundamentação teórica dessa investigação, utilizamos estudos de autores e autoras que trazem concepções e levantamentos sobre o preconceito na escola, bem como na sociedade.

Palavras-chave: Práticas de preconceito; Educadores/as; Escola.

SUMÁRIO

1 PROBLEMATIZAÇÃO.....	5
2 OBJETIVOS.....	9
2.1 Objetivo Geral.....	9
2.2 Objetivos Específicos.....	9
3 JUSTIFICATIVA.....	10
4 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
4.1 Sobre o preconceito na escola.....	13
4.2 Educadores/as e o preconceito.....	18
4.3 Os desafios dos/as educadores/as no combate ao preconceito no ambiente escolar.....	20
5 METODOLOGIA.....	24
5.1 Abordagem de pesquisa.....	24
5.2 Delineamento da pesquisa.....	25
5.3 Sujeitos e procedimentos da pesquisa.....	27
5.4 Análise das informações e cuidados éticos.....	30
6 REFERÊNCIAS.....	32

1. PROBLEMATIZAÇÃO

A escola é uma instituição que fez e faz parte da vida e do pensamento da maioria das pessoas. Para Vera Maria Candau (2000) as lembranças e vivências que se tem do cotidiano escolar podem não necessariamente serem somente positivas. Assim, o que deveria ser um lugar de aprendizado e trocas de experiências, algumas vezes, torna-se um espaço aflitivo por práticas de preconceitos.

Nesse sentido, uma pesquisa detalhada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) em parceria com o MEC/INEP, já em 2009, realizada em várias instituições escolares públicas do país, apontava que os índices de preconceito nas escolas são elevados. As categorias analisadas pelos pesquisadores foram étnico-racial, deficiência, gênero, orientação sexual, faixa geracional, socioeconômica e territorial. A pesquisa envolveu pais, alunos, professores e diretores das escolas.

Embora a pesquisa tenha revelado que os alunos são as maiores vítimas de preconceito na escola, a pesquisa mostra que as práticas discriminatórias também vitimizam professores/as e funcionários/as com grande incidência (FIPE, 2009).

A escola é um lugar onde as diferenças se encontram, temos que considerar, portanto, que esse ambiente não é um lugar homogêneo. Nesse sentido da diversidade social escolar é que encontramos o nosso problema de pesquisa. Por mais que a escola seja esse ambiente de ou das diferenças, alguns dos conflitos escolares são gerados pelo seu não reconhecimento e respeito.

Esse projeto de pesquisa, desse modo, busca compreender como os educadores e educadoras da Escola municipal de Ensino Fundamental Demócrito Rocha de Itapiúna -Ceará percebem as práticas de preconceito entre estudantes dessa instituição.

Muitas vezes, a não aceitação dessas diferenças encontradas nas escolas, envolvem, não só conflitos de ideias, mas ocasiona situações de violência física São inúmeras as notícias nos meios midiáticos sobre violência na escola. As autoras Kozelski, Albuquerque e Arruda abordam que:

Observa-se que dentro das escolas as ocorrências de indisciplina, agressividade e violência tem tomado proporções preocupantes, atingindo crianças, jovens, adolescente e equipe pedagógica, dentro

de um contexto geral em que infrações, má conduta, violências verbais, físicas, psicológicas e desrespeito a professores e funcionários da escola tem se tornado rotina, exigindo um olhar mais atento aos motivos que desencadeiam tais comportamentos, fazendo-se necessário identificar os tipos de violências sofridos e gerados pelas crianças para melhor compreender suas causas e consequências. (2016, p.6629).

As autoras destacam que a violência está presente no ambiente escolar e vem tomando grandes proporções à medida que a escola é perpassada por questões que permeiam a sociedade onde ela está inserida.

Dessa maneira, as práticas de preconceitos estão presentes no cotidiano escolar mais do que podemos imaginar. Situações onde adolescentes e crianças praticam atos de preconceitos entre si, conscientes ou inconscientes de seus atos, acontece e, como percebemos e intervimos nessas situações, pode mudar a percepção desses indivíduos sobre o outro.

Para Hellen (1989, p. 43, apud CORDEIRO; BUENDGENS, 2012, p 47.) “o preconceito é categoria do pensamento e do comportamento cotidiano.” Mas, apesar de fazer parte do cotidiano, não devemos naturalizá-lo e aceitá-lo. Contudo, problematizar e desmitificar as situações que envolvem preconceito não é tão fácil assim.

As autoras Cordeiro e Buendgens afirmam que, por as pessoas estarem mergulhadas em seus cotidianos, precisam de “certa praticidade e pragmatismos para que a vida flua” (2012, p.2), ou seja, as pessoas incorporam práticas e preconceitos para que a vida não seja tão “difícil.” Entretanto, não podemos naturalizar essas situações que estão presentes em nosso dia-a-dia.

Segundo a definição geral de preconceito para Braga e Urt, as autoras definem como “um juízo pré-concebido, que pode se manifestar através de atitudes hostis e de intolerância, sob a forma de ofensas, piadas, xingamentos, exclusões, discriminações, podendo causar danos físicos, psíquicos e emocionais às suas vítimas” (2015, p.14665).

Nas escolas, as crianças e adolescentes interagem com outras diversas crianças e adolescentes, essas diferenças podem ser de gênero, idade, étnicas, físicas, intelectuais, religiosas entre outras (CORDEIRO; BUENDGENS, 2012). No âmbito escolar, esses encontros entre diferenças quando não são problematizados, podem envolver conflitos e práticas de preconceitos.

Segundo Vera Maria Candau (2012), diferentes manifestações de preconceito e discriminação, física, simbólica, homofobia, intolerância religiosa, estereótipos de gênero, exclusão de pessoas com deficiência e outras mais, estão presentes em nossa sociedade e também no cotidiano das escolas. A autora afirma que, diversos estudos e pesquisas apontam e denunciam que alunos e alunas com determinadas marcas identitárias, são rejeitados e inferiorizados no contexto escolar.

O cenário desse futuro estudo, a Escola de Ensino Fundamental Demócrito Rocha, está localizado na zona urbana do município de Itapiúna - Ce. A escola recebe estudantes da sede e de localidades próximas. Ela oferta os anos finais do Ensino Fundamental, com a presença de adolescentes de 11 a 14 anos. Segundo dados do Censo (2016), a escola conta com 369 matrículas distribuídas entre manhã e tarde.

A referida escola é a única escola municipal da sede da cidade de Itapiúna que oferece os anos finais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. Segundo o Censo (2016), 47,2% das escolas que ofertam os anos finais do Ensino fundamental são públicas. A Educação de Jovens e Adultos também ocorre entre os turnos da manhã e tarde, entretanto, as “escolas que oferecem essa modalidade de ensino tiveram uma redução de 28,8% nos últimos oito anos” (BRASIL, 2016, p.4).

Essa escola é uma referência do município em Educação Inclusiva, pois a mesma oferece um ensino com profissionais qualificados para atender as demandas de crianças e adolescentes com alguma necessidade especial. É a escola do município que mais recebe esse perfil estudantil.

Nesse sentido, um dos princípios do artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é o “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (BRASIL, 1996), o que quer dizer que “cabe aos professores trabalhar questões relacionadas às diferenças e saber lidar com as mesmas, proporcionando aos alunos a possibilidade de se construírem como cidadãos íntegros e justos, inseridos na sociedade” (CANTARELLI; GENRO, 2016, p.281).

Os indivíduos que compõem o corpo escolar assumem um grande papel no que diz respeito ao entendimento e a conscientização das crianças e jovens sobre as práticas de preconceito, inclusive, as realizadas dentro da escola. O termo educador/a usado neste projeto, leva em consideração que todos os

indivíduos que compõem a instituição escolar, assumem esse papel de educador/a.

Gomes (2015, p.18) afirma que:

a escola tem um papel fundamental na socialização de valores pertinentes ao reconhecimento e respeito às diferenças dentro da sociedade, pois é tida como local de experiência para a apreciação das diversas formas. Portanto, sendo a escola, um espaço onde o preconceito se manifesta constantemente é, também, responsável pela formação cidadã, o combate, a rejeição e exclusão do preconceito precisa iniciar no ambiente escolar.

Dessa forma, a escola tem um papel muito importante no combate as práticas de preconceitos, pois, assim, como afirma Gomes (2015) ela é responsável por uma formação de valores e da cidadania.

Para uma melhor compreensão das relações que moldam essas práticas de preconceito no ambiente escolar, abordaremos neste projeto a colonialidade do poder, do autor Aníbal Quijano e como, ela articula as relações sociais na contemporaneidade. Destacaremos alguns pontos relevantes para essa pesquisa no artigo das autoras Aliciene Fusca Machado Cordeiro e Jully Fortunato Buendgens que trabalham com os sentidos e significados atribuídos por adolescentes em situações de preconceito.

Trabalharemos com dados oficiais estaduais e nacionais que tratam de preconceito nas escolas. Uma importante contribuição para essa pesquisa, está no artigo das autoras Juliana Mezomo Cantarelli e Maria Elly Herz Genro, que trata de como o/a professor/a deve lidar com a diversidade em sala de aula.

Usaremos outros/as autores/as para temos uma visão mais ampla das práticas de preconceito que são encontradas nas escolas e qual a visão dos educadores/as sobre essas questões que estão presentes no ambiente escolar.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Compreender a percepção de educadores e educadoras da Escola de Ensino Fundamental Demócrito Rocha sobre as práticas de preconceito entre estudantes no âmbito escolar.

2.2. Objetivos Específicos

- Descrever as práticas de preconceitos presentes no cotidiano escolar;
- Conhecer a percepção dos educadores e educadoras sobre as práticas de preconceito entre estudantes no âmbito escolar;
- Identificar na visão desses/as educadores/as os efeitos desses preconceitos na vida dos/as estudantes
- Avaliar que medidas são utilizadas pelos educadores e educadoras para combater práticas de preconceito na escola.

3. JUSTIFICATIVA

O Brasil é, por vezes, tido como um país mestiço no imaginário mundial, e o não questionamento em relação à desqualificação de sua diversidade social têm contribuído para a manutenção do preconceito em nossa sociedade. Nesse ponto, “A não pluralidade na educação é apenas uma das formas de preservação do grande tapete da “democracia racial” que esconde a falta de democracia real” (BAIBICH, 2002, p.113).

Para Baibich (2002), a escola tem funcionado muitas vezes como espaço favorável para a manutenção da exclusão das diferenças, quando ela incorpora o mito da não existência de preconceito, que todos são iguais, e acaba por não problematizar suficientemente essas relações dentro da escola, o que pode ocasionar ou invisibilizar práticas de preconceito entre estudantes.

O presente projeto que irá discutir a percepção de educadores/as sobre as práticas de preconceito entre estudantes realizadas no âmbito escolar, traz um tema de grande relevância para essa instituição do município de Itapiúna, bem como para a sociedade em geral, pois conhecer os preconceitos que são praticados nas escolas, pode ajudar-nos a transformá-los.

A escola é um lugar de convergência de diferenças humanas e sociais, mas não é porque ela é constituída dessas diferenças, que esteja preparada para recebe-las e agregá-las de forma efetiva, para que esses encontros não sejam marcados por conflitos violentos. As autoras Cordeiro e Buendgens (2012, p.50) afirmam que:

A escola é pela sua constituição o lócus da diversidade, por isso, ao mesmo tempo em que é uma das instituições responsáveis pela socialização de valores pertinentes ao reconhecimento e respeito às diferenças dentro de uma sociedade, ela também reproduz juízos, crenças, estereótipos e significados que estabelecem e refletem padrões de normalidade e, por conseguinte estabelece critérios de exclusão das relações sociais.

As autoras enfatizam bem a questão anteriormente tratada quando fazem a afirmação: a escola pode acabar por reproduzir diferentes formas de preconceitos e estereótipos. Assim, as autoras discutem sobre noções de normalidade, que se relacionam a “algo construído em torno de padrões sociais e grupais, isto é, ser “inteligente” ou “menos inteligente” sempre depende de

quais critérios estão sendo colocados como parâmetros” (CORDEIRO; BUENDGENS, 2012, p.50).

Levando em consideração, a visão das autoras acima, esse projeto tem muito o que contribuir para um melhor entendimento de como acontece, quais são e os desafios do combate às práticas de preconceito no cenário escolar. Além disso, é de substancial importância para a comunidade acadêmica, pois este projeto pode contribuir significativamente para as futuras pesquisas nas ciências humanas e sociais sobre as práticas de preconceito na escola.

A motivação pessoal para realizar esse projeto de pesquisa, tendo como o centro da discussão a percepção de educadores e educadoras sobre as práticas de preconceito entre estudantes na escola, relaciona-se a um caso que ocorreu em minha cidade. Circulou em uma rede social um vídeo de uma criança chorando, dizendo que não queria mais ir para uma escola local porque seus colegas o tratavam com palavras depreciativas.

Esse acontecimento me fez querer saber como ocorrem as relações de preconceito na escola e qual a percepção de educadores e educadoras sobre essas práticas. Já que, no vídeo, a criança relatava que já havia falado várias vezes para seus professores/as e funcionários/as da escola e nenhuma atitude foi tomada. A faixa etária dos/as colegas que tiveram atitudes preconceituosas era de 11 anos a 13 anos.

Outra motivação pessoal, está no fato de estar cursando pedagogia e querer saber como essas relações de preconceito acontecem, como eu, como futura educadora, poderei colaborar para que isso não aconteça. Por esse motivo, o projeto de pesquisa é voltado para a percepção dos/das educadores/as sobre práticas de preconceito na escola.

Esse projeto de pesquisa contribuirá na minha formação, enquanto Bacharel em Humanidades, na medida em que, conforme o seu Projeto Pedagógico Curricular, sua construção possibilita o exercício de uma escrita acadêmica reflexiva e, ao mesmo tempo, contribui na minha formação cidadã, pois conhecer as práticas de preconceito realizadas na escola, implica em uma reflexão sobre o tema e como não reproduzir essas práticas no cotidiano.

Por fim, o autor Gomes (2015), relata que, o tema preconceito na escola, nasce na necessidade de criar um espaço educacional, onde todos saibam que o preconceito pode e deve ser combatido.

A pesquisa realizada pela FIPE, já em 2009, mostra que existe sim preconceito dentro das escolas e, apesar de ter sido realizada há 10 anos, suas colocações nos ajudam hoje a fazer uma análise da incidência ainda significativa de práticas preconceituosas em escolas públicas no Brasil.

Assim, levando em consideração os dados obtidos no estudo acima e o que vivenciamos diariamente, percebemos como é pertinente tratar dessa temática na escola, pois, como já dito, a escola pode acabar por reproduzir os preconceitos da sociedade e trabalhar esse tema dentro desse espaço, onde ele ocorre em grande parte da vida de adolescentes, é uma estratégia que pode proporcionar efeitos positivos.

4. REFERÊNCIAL TEÓRICO

4.1 SOBRE O PRECONCEITO NA ESCOLA

Desde de sua formação, a sociedade brasileira é constituída de uma grande diversidade étnica e cultural (SCOPEL; GOMEZ, 2006), para as autoras, essa diversidade deve ser considerada na escola, afim de que, se “reconheça a pluralidade dos diferentes grupos sociais da comunidade onde a escola está inserida” (SCOPEL; GOMEZ,2006, p.2).

As autoras ainda afirmam que “a escola faz parte de um contexto social múltiplo que envolve diferentes realidades. Essa diversidade social frequentemente é alvo de comparações, desigualdades e preconceitos, e a escola, sendo parte da sociedade, sofre reflexos dessas desigualdades” (SCOPEL; GOMEZ, 2006, p.2).

A escola é, em grande parte, um reflexo da sociedade e conseqüentemente acaba por reproduzir parte das desigualdades e preconceito existentes nela. Diante disso, Scopel e Gomez em seu artigo ‘O papel da escola na superação do preconceito na sociedade brasileira’, destacam que o preconceito “é uma opinião formada sem reflexão e/ou um conceito antecipado que se forma sobre determinada pessoa ou objeto, que, na maioria das vezes, se manifestam de acordo com adventos da sociedade, da história e da cultura em que está inserida” (SCOPEL; GOMEZ, 2006, p.5).

O preconceito se faz presente nas relações humanas desde a mais antiga história da humanidade (SCOPEL; GOMEZ, 2006). Sobre essa questão, o autor Aníbal Quijano (2005), chama atenção em seu texto quando relata que, a partir da produção da identidade moderna dois processos históricos convergiram e se associaram como eixos estruturantes do novo padrão de poder:

Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa idéia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (QUIJANO, 2005, p. 117).

Dessa maneira, as relações sociais fundadas a partir dessa lógica produziram novas identidades históricas que seriam marcadas por uma conotação hierárquica racial.

(...) tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (QUIJANO, 2005, p. 117)

Com base nas informações de Quijano, percebemos que essa imposição de classificação do outro como inferior, por meio do destaque de suas diferenças, estrutura-se desde a época de nossa colonização e, por isso, esse processo ainda está presente em nossa sociedade.

As autoras Scopel e Gomez afirmam que muitos dos preconceitos existentes decorrem de equívocos sobre representações que as pessoas criam de determinados grupos sociais:

As pessoas constroem suas representações nos seus grupos sociais, por meio das conversas, das visões, das crenças que veiculam. Assim, os conceitos e as imagens vão sendo aceitos, naturalizados, considerados verdadeiros, embora sejam apenas representações. Muitos dos preconceitos decorrem desse processo e dos equívocos que esses podem gerar (SCOPEL; GOMEZ, 2006, p.4).

Já destacamos anteriormente, que a escola, pode vir a incorporar certos tipos de preconceitos e discriminações. As autoras acima nos mostram como surge e circulam essas representações na sociedade, o que podemos acrescentar ao que o autor Aníbal Quijano revela sobre esses preconceitos e formas de diferenciação com suas origens na colonização e marcas até os dias atuais.

A autora Itani (1998) destaca que há algum tempo as sociedades vêm lutando para manter a escola resguardada de conflitos decorrentes de práticas de intolerância entre grupos distintos. Apesar da autora afirmar que, falar de preconceito na escola ainda é um tabu, a pesquisa realizada em 2009 pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), apoiada pelo MEC/INEP, realizada em 501 escolas públicas de todo o país, revelou que entre as pessoas entrevistadas 99,3% demonstravam algum tipo de preconceito com relação as categorias indicadas na pesquisa.

Devemos levar em consideração a data do texto de Itani (1998) e a data da pesquisa, que foi realizada 11 anos após a publicação de seu texto. Apesar, do contexto de escrita da autora ser diferente do contexto do levantamento da FIPE, as ideias contidas na sua fala ainda são bem atuais. Um exemplo, está na fala da autora quando ela afirma que:

Os alunos que não possuem suporte familiar educacional e infraestrutura material financeira precisam despende um esforço muito maior para poder transpor essas dificuldades e poder produzir em condições iguais aos demais. Essa diferença pode ser explicada pela condição de classe ou mesmo socioeconômica. (ITANI, 1998, p. 122)

Nessa afirmação a autora converge com os dados coletados pela FIPE, onde, uma das categorias pesquisadas era o preconceito sobre o nível socioeconômico. A pesquisa apontou que das 18.599 pessoas pesquisadas, incluindo pais, alunos, educadores e funcionários em geral, 87,5% apontavam preconceito com essa categoria investigada. Podemos perceber, que na visão da autora, esses alunos têm que se esforçar duas vezes mais para estar em igual condição com os demais alunos, isso pode gerar além do preconceito, uma exclusão dessa parcela de alunos.

Outro dado importante apontado nesse levantamento é o percentual de 94% de preconceito em relação a categoria étnico racial. Esse preconceito, conforme destacado, tem suas raízes na colonização e no processo de escravização de povos indígenas e africanos. Assim, como afirma (SOARES; CLÍMACO, 2017, p.3)

O preconceito e a discriminação racial no Brasil possuem suas raízes fundadas no período colonial. Durante os séculos XV e XIX cerca de três milhões de negros foram forçados a vir para o país para servir como mão de obra para as mais diversas atividades como: agricultura, mineração e serviços domésticos. Eram obrigados a viver em condições precárias.

Mesmo com o fim da escravização, esses sujeitos não tiveram oportunidades para viver plenamente sua cidadania e ficaram trilhar sua vida social sem apoio do poder público para vivenciar sua liberdade (SOARES; CLÍMACO, 2017).

A herança deixada pelo processo de escravização de povos africanos é marcada por preconceitos e omissões por parte do poder público, a esse respeito, as autoras Soares e Clímaco (2017, p. 4) indicam que:

A herança do preconceito racial é muito presente, apesar de existir certa omissão ou negação do problema, as marcas dessa cultura preconceituosa estão muitas vezes infiltradas nas músicas, nas mídias e até nas literaturas infantis. A maioria dos contos infantis evidencia a cultura europeia. Não é possível construir uma sociedade democrática impedindo os direitos, as culturas, e lutas à metade da população.

Percebemos, portanto, que esse preconceito não está somente no contexto escolar, nas relações entre os estudantes, mas está inclusive nas literaturas que são utilizadas para formar esses jovens, nas mídias e no cotidiano da sociedade.

Outro dado relevante da pesquisa da FIPE refere-se ao índice de preconceito em relação às pessoas com algum tipo de deficiência. A pesquisa aponta que 96,5% do público pesquisado apresenta preconceito sobre pessoas com deficiência.

Nesse aspecto, as autoras Pacheco e Alves (2007, p. 243) destacam que “O preconceito pode gerar na pessoa com deficiência sentimentos de baixa autoestima, dificuldades nos relacionamentos afetivos e sociais, prejudicando a qualidade de vida destas pessoas”. As autoras afirmam que, o preconceito é muito prejudicial para esses sujeitos, pois pode gerar sentimentos de inferioridade e várias outras dificuldades no decorrer de sua vida.

Os preconceitos citados no decorrer desse tópico, estão fazendo referência a um dos objetivos específicos deste projeto, que é, descrever as práticas de preconceito no ambiente escolar. A pesquisa da FIPE de 2009 e outros estudos nos deram exemplos desses preconceitos no cotidiano de algumas escolas públicas do Brasil.

Considerando o cenário dessa pesquisa e as demais colocações apresentadas, podemos pensar os preconceitos existentes no ambiente escolar de forma interseccional. Como afirma (PERPÉTUO, 2017, p.3) “Os marcadores sociais (interseccionalidades) correspondem às conexões de diferentes fatores que demarcam territórios específicos de vivências na vida de cada sujeito e/ou grupo”.

Assim, devemos levar em consideração, um dado muito relevante coletado pela referida pesquisa da FIPE, o elevado percentual de preconceito em relação ao gênero. Um total de 93,5% dos/as entrevistados/as apresentava

preconceito em relação ao gênero. Se observarmos os dados sobre o marcador socioeconômico, poderemos perceber as relações possíveis entre gênero e classe social na realidade vivida por estudantes. Esses dados reforçam a importância do conceito de interseccionalidade para a construção desse projeto de pesquisa.

Assim, podemos perceber, a importância de pensar essas relações de forma interseccional, pois, um determinado sujeito no ambiente escolar pode sofrer preconceito pela cor da sua pele, por sua classe social e ao mesmo tempo sofrer preconceito de gênero. Para (PERPÉTUO, 2017, p.4) a autora destaca que:

Este conceito ajuda a compreender a complexidade da situação de pessoas e grupos, afirmando a coexistência de diferentes fatores como: vulnerabilidades, violências, discriminações; também chamados como eixos de subordinação, que acontecem de modo simultâneo na vida dos sujeitos.

O conceito de interseccionalidade pode ajuda a identificar as causas e os efeitos de desigualdades e suas diversas combinações nas experiências dos sujeitos (PERPÉTUO, 2017). Isso nos mostra que esses preconceitos muitas vezes não ocorrem de maneira isolada. A autora Gonçalves (2017, p.3) afirma que:

A interseccionalidade tenta estudar não somente o fato de ser mulher, mas ao mesmo tempo estuda o fato de ser também pertencente a outras identidades: ser negra, pertencer a uma classe social menos privilegiada e com uma opção sexual fora do padrão aceitável na sociedade por exemplo faz com que as chances da mulher negra sejam limitadas. Por isso, não basta adotar apenas o gênero como único fator de discriminação, há a necessidade de estudar os outros fatores de discriminação juntas.

Assim, o conceito de interseccionalidade, nos dar suporte para pensar essas desigualdades e preconceitos encontrados na escola de forma mais efetiva, observando a articulação das categorias de análise existentes nesse ambiente.

Levando em consideração todos os dados e os referenciais dos/as autores/as expostos/as, o percentual significativo de preconceito encontrado no ambiente escolar é um fato que não podemos negar. Apesar de algumas instituições ainda agirem como se tivéssemos um país sem desigualdades e

preconceito, temos que desenvolver um olhar crítico sobre essas questões presentes no ambiente escolar. Scopel e Gomez (2006, p. 6) afirmam que:

Os anseios por uma vida, uma convivência e uma consciência social mais inclusivas requerem, sobretudo, atitudes que assumam um dos valores mais expressivos dos tempos contemporâneos: a aceitação da pluralidade e, portanto, das diferenças, das especificidades, das singularidades.

Assim, como, esclarecem as autoras, para uma sociedade mais inclusiva é preciso nos tempos atuais, considerar e reconhecer as diferenças e singularidades encontradas, não só na escola, mas também nas demais instituições da sociedade de modo geral.

4.2 EDUCADORES/AS E O PRECONCEITO

Quando a educação se torna pública, gratuita e obrigatória, a escola tem que receber todos os indivíduos independente de suas crenças, gênero, etnias ou situação socioeconômica (CANTARELLI; GENRO, 2016). Sobre esse ponto, as autoras ainda afirmam que, “porém, essas conquistas geraram situações difíceis de serem trabalhadas, pois muitos professores não sabem como lidar com a diversidade agora presente na escola, visto que é muito difícil estar totalmente preparado para tal” (CANTARELLI; GENRO, 2016, p. 280)

Sobre tais questões, Gomes (2015) destaca uma questão muito relevante em seu texto:

A escola na atualidade tem um leque de desafios a serem enfrentados. Além das dificuldades enfrentadas na aprendizagem, existe ainda, a compreensão, prevenção e rejeição do preconceito, que não é nada fácil. Por isso a necessidade de um fazer pedagógico significativo que contemple a o enfrentamento deste desafio (GOMES, 2015, p.10).

Aprender a trabalhar com a diversidade existente no contexto escolar é extremamente importante para a superação de estigmas existentes na sociedade e que também estão presentes no cotidiano das instituições escolares.

As autoras Cantarelli e Genro (2016), apontam que, cabe aos/as educadores/as trabalhar questões sobre a diversidade e saber como lidar com as mesmas e desenvolver nos/as alunos/as a possibilidade de se construírem como cidadãos/as íntegros/as na sociedade.

Porém, as mesmas autoras destacam que “(...), entretanto, percebe-se que as questões que se referem à cidadania ficam em segundo plano; e, que o não respeito às diferenças acaba sendo um problema a ser enfrentado não só pelos alunos, mas também, por muitos professores” (CANTARELLI; GENRO, 2016, p. 281). Desse modo, podemos pensar que tais desafios não competem apenas aos educadores na escola, mas também à família e a sociedade de modo geral.

Por outro lado, existe uma dificuldade por parte de alguns/as educadores/as em trabalhar questões que dizem respeito a diversidade na escola. A falta de um preparo pode ocasionar situações de preconceito por parte mesmo de alguns/as desses mesmos sujeitos para com seus estudantes.

Esses demonstram despreparo e falta de conhecimento sobre as questões acerca das diferenças, se posicionando, muitas vezes, de forma discriminatória e preconceituosa para com seus alunos. Desse modo, muitos professores não trabalham questões relacionadas à cidadania, mesmo sabendo que para muitos alunos, a escola é a única possibilidade de se construírem como seres humanos (CANTARELLI; GENRO, 2016, p. 281-282).

Sobre isso, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu Art. 3º que trata dos princípios e fins da educação, em seus incisos III e IV, tem como base o pluralismo de ideias e respeito à liberdade e apreço a tolerância (BRASIL, 1996). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) garante que independente do seu credo, etnia ou classe social, os/as alunos/as sejam tratados com dignidade e respeito as suas diversidades.

É preciso perceber as situações de preconceito entre estudantes e entre os demais agentes do processo formativo dos mesmos. Já que, em determinadas ocasiões, podem vir a reproduzir algum preconceito.

Diante disso, as autoras Soares e Clímaco (2017, p. 6-7) enfatizam que:

Sendo assim, precisa-se romper com esse preconceito e discriminação nas salas de aula baseadas nesse modelo excludente, que impede milhares de brasileiros frequentarem a escola devido à falta de valorização e respeito uns com os outros. Para tanto, é preciso capacitar os professores com cursos e materiais didáticos para que estes também se percebam nesse processo de construção de uma escola inclusiva.

Mas, para que isso aconteça, é preciso formar profissionais que estejam preparados para trabalhar esse mar de diferenças que encontramos nos espaços educacionais públicos mais também particulares de todo o país.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) relatam que, em diferentes lugares do mundo, vem se discutindo o papel que a educação desempenha no desenvolvimento das pessoas e das sociedades.

Diante dessa conjuntura, há uma expectativa na sociedade brasileira para que a educação se posicione na linha de frente da luta contra as exclusões, contribuindo para a promoção e integração de todos os brasileiros, voltando-se à construção da cidadania, não como meta a ser atingida num futuro distante, mas como prática efetiva (BRASIL, 1998, p.21).

Nesse sentido, escola e todos os seus membros, têm um papel de combater o preconceito, apesar de (GOMES, 2015, p.26) afirma que “apesar da complexidade dessa tarefa, é necessário compreender a importância da transformação da mente de todos os que fazem parte deste ambiente”.

4.3 OS DESAFIOS DE EDUCADORES/AS NO COMBATE AO PRECONCEITO NO AMBIENTE ESCOLAR

Diante do exposto, faz-se necessário que discussões sobre preconceito estejam presentes no cotidiano das escolas públicas e privadas do país. Embora, não seja uma tarefa simples, é de extrema relevância para a formação social e humana desses educandos/as. Silva em texto afirma que:

(...) Percebe-se que educar é uma atividade complexa, que envolve crenças e valores difíceis de serem elucidados via esclarecimento ou pelo auto-esclarecimento. É nesse aspecto que o enfrentamento do preconceito, no âmbito das práticas sociais e, mais especificamente no âmbito escolar, torna-se uma questão desafiadora, visto que o preconceito é fruto dos processos de socialização, dos conflitos entre interesses sociais diversos articulado à estrutura psíquica dos indivíduos (SILVA, 2005, p.128).

O autor destaca que educar é uma atividade desafiadora pois, envolve diversos aspectos na vida de um indivíduo, aspectos esses que, algumas vezes são trabalhados somente na escola, ou seja, ela torna-se o único lugar que o/a estudante terá acesso a informações que visam a superação dos preconceitos.

Silva (2005) afirma que uma das formas de se combater o preconceito é falar sobre ele, pois acredita que o trabalho da memória é fundamental nesse caso: “daí a importância de se rememorar a maneira como outrora os nossos pais e demais adultos se referiam àqueles contra os quais alimentamos, de forma sutil ou não, o preconceito” (SILVA, 2005, p.129).

O referido autor acredita que um dos primeiros passos para combater o preconceito como educadores/as, é reconhecer e admitir que também somos preconceituosos/as: “Ou seja, que estamos mergulhados em valores e cresças que filtram nossas experiências e vivências nos espaços escolares” (SILVA, 2005, p. 139).

Feito esse exercício, ele afirma que o próximo passo irá se constituir em um desafio permanente de se questionar sempre sobre aquilo que fazemos e dizemos. Para o autor, esse exercício permitirá ouvir e respeitar as diferenças.

Rego (1998, p.49-71 apud HILARIO; PALMA, 2015, p.10) traz uma concepção muito ligada ao pensamento de Silva (2005), quando fala que a “compreensão do pensamento do professor, o conhecimento mais profundo daquilo que ele já sabe, pode servir como um interessante indicador daquilo que ele precisa saber”.

Para Hilario e Palma (2015), temos consciência que os educadores/as têm inúmeras atribuições, mas não podemos descartar sua responsabilidade de prepara-se para atender às diferenças encontradas nas escolas.

Sobre esses aspectos, as autoras Cantarelli e Genro (2016) acreditam que seja importante os/as educadores/as se abrirem para novas reflexões mas, para que aconteçam, as equipes governamentais e responsáveis pelas políticas educacionais promovam a construção desse espaço de reflexão, levando em consideração que os educadores/as são parte de uma sociedade e cultura preconceituosa.

Em acréscimo, as autoras Scopel e Gomez (2006, p. 9-10) afirmam que a educação de valores é uma grande aliada no combate ao preconceito, nesse sentido, elas esclarecem que:

Os valores devem estar presentes na ação de cada educador, devendo ser vistos não como uma disciplina, mas como uma tarefa de

aprendizagem e de vivência. A escola deve ser um lugar onde os valores morais são construídos, refletidos e não meramente impostos.

Cada educador/a deve trabalhar questões que dizem respeito a superação de práticas preconceituosas no ambiente escolar, independente das disciplinas que são lecionadas. As autoras também destacam que, os valores referentes ao respeito e a tolerância terão que ser construídos de forma conjunta com os/as estudantes, e não meramente impostos ou sinalizados.

Sobre a formação de valores referente à cidadania, as autoras destacam:

A formação de valores na escola proporciona aos alunos o respeito mútuo às diferenças, à solidariedade e à tolerância com os colegas e demais pessoas de seu convívio, levando-os a trabalhar em equipe e se socializar, aprendendo a ganhar e a perder. O resultado da educação de valores na escola ajuda os alunos a se desenvolverem como pessoas humanas, proporcionando o desenvolvimento harmonioso de todas as qualidades do ser humano (SCOPEL; GOMEZ, 2006, p.11).

Nesse sentido, as autoras veem como uma forma efetiva de combate ao preconceito a educação de valores para a construção cidadã de cada educando que está inserido no cotidiano escolar.

Para essas autoras os valores podem ser trabalhados de forma interdisciplinar, com atividades lúdicas e reflexivas sobre temas que falem sobre práticas preconceituosas na escola.

Martins (2005 apud SCOPEL; GOMEZ, 2006, p.11-12) apresenta alguns exemplos de valores que podem ser trabalhados da Educação Infantil ao Ensino Médio:

a) autonomia: refere-se ao valor que reconhece o direito de uma pessoa tomar decisões livremente, ter sua liberdade, independência moral e intelectual. É a capacidade apresentada pela vontade humana de se autodeterminar, segundo uma norma moral por ela mesma estabelecida, livre de qualquer fator estranho ou externo.

As autoras trazem uma série de valores e seus conceitos apontados por esse autor como necessários para se trabalhar na educação básica em todas as suas etapas. Desse modo, Scopel e Gomez (2006, p.14) nos deixam uma afirmação muito relevante para a construção desse projeto de pesquisa:

A escola não modifica por si só o imaginário e as representações coletivas negativas que se construíram sobre os ditos “diferentes” em nossa sociedade, mas ela ocupa um lugar de destaque para a superação do preconceito, fazendo uso de um trabalho sistemático e crítico na formação de valores de cada aluno.

Mostrando que a escola e educadores/as ocupam um lugar de destaque para a superação e problematização do preconceito no âmbito das escolas públicas do país.

No entanto, como afirma Gomes (2015, p.33), “a luta na superação do preconceito não se restringe a escola. Acredito que é de competência de todas as instituições que atuam direto ou indiretamente com o ser humano a valorização e respeito a diferença”.

Concordamos com esse autor quando esclarece que o papel da superação do preconceito, não é só restrito aos espaços escolares. Mas, também é dever e abrangente a todos, bem como às famílias. O autor faz ainda uma colocação relevante quando afirma que:

De certo, a escola precisa se organizar nos trabalhos em prol das campanhas contra o preconceito, e o planejamento, ou mesmo os projetos, são fundamentais. Para tanto, é preciso começar pela tomada de consciência, estudantes, professores, pais e todo público precisa saber o que é o preconceito, saber identificá-lo e posteriormente trabalhar com a prevenção e recusa. Não há como recusar uma ação preconceituosa se as pessoas continuam as enxergando como uma “simples brincadeira” (GOMES, 2015, p.30).

A tomada de consciência de todo o corpo escolar, bem como, os responsáveis dos educandos, e toda comunidade onde a escola está inserida é de suma importância para essa superação do preconceito, pois, como, já dito anteriormente, a escola é um reflexo da sociedade que a cerca.

5. METODOLOGIA

5.1 ABORDAGEM DE PESQUISA

O referido projeto terá como abordagem metodológica, a pesquisa qualitativa. Para as autoras Gerhardt e Silveira (2009, p. 32) “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.”

Segundo a definição das autoras, essa abordagem se mostra bastante relevante para a realização dessa futura investigação. Afinal, é preciso, segundo elas, compreender a dinâmica das relações sociais para poder melhor explicá-las.

As autoras ainda destacam algumas das características da pesquisa qualitativa:

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

O que chama atenção nessa fala é que, precisamos compreender e explicar os fenômenos, mas sempre em uma relação com o global e o local, sem reduzirmos um ao outro. O que deixa bem explícito a relação dessa modalidade de pesquisa com o tema do projeto aqui proposto.

Para Godoy (1995, p.58) a pesquisa qualitativa busca a obtenção de “dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada”. Isso faz com que, como pesquisadora, possa compreender os fenômenos segundo a visão dos sujeitos participantes do estudo.

Essa afirmação da autora, esclarece o motivo da escolha dessa abordagem para a elaboração desse projeto. Pois, dentro da pesquisa qualitativa podemos identificar os objetivos que queremos alcançar com a construção dessa investigação. A pesquisa qualitativa nos ajudará a descrever práticas de

preconceito no ambiente escolar, conhecer a percepção dos/as educadores/as sobre práticas de preconceito na escola, identificar na visão desses/as educadores/as os efeitos desses preconceitos na vida dos/as estudantes e também avaliar que medidas são utilizadas para combater o preconceito na escola.

5.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Ventura (2007) destaca que o estudo de caso é usado de diferentes modos, usando aspectos das abordagens qualitativas e quantitativas. Não são utilizados somente na prática educacional, mas como, modalidade de pesquisa em muitos campos do conhecimento, como, na medicina, psicologia e entre outros.

Para Ventura (2007, p.384 apud YIN, 2001)

o estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tanto estudos de caso único quanto de múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa.

Nesse sentido, o estudo de caso pode ser utilizado em um único caso ou em casos múltiplos. Usando outras combinações de métodos de pesquisa. Sobre isso, (YIN, 2001, p.27) afirma que “o poder diferenciador do estudo é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações - além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional”.

Percebemos que o estudo de caso, é bem abrangente em relação as variedades de se coletar dados para a pesquisa, nesse caso, a pesquisadora tem uma infinidade de possibilidades para a sua investigação.

Nesse sentido, Gil (2008, p.57-58) afirma que:

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

Com afirma o autor, o estudo de caso permite um conhecimento mais amplo sobre o objeto de pesquisa, o que proporciona subsídios que outros

delineamentos de pesquisa não fornecem. Assim, o estudo de caso torna-se o delineamento que melhor expressa os objetivos dessa investigação.

Segundo Gil (2008) o estudo de caso tem sido usado com grande frequência por diversos pesquisadores sociais. Para ele o estudo de caso pode servir na pesquisa em diferentes propósitos. Assim, como, “explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos” e descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação” (GIL, 2008, p.58).

Para que isso aconteça, é preciso que se defina qual caso será estudado, mas, para Gil (2002) essa delimitação do caso não é uma tarefa tão simples. Para ele “a totalidade de um objeto, seja ele físico, biológico ou social, é uma construção intelectual. Não existem limites concretos na definição de qualquer processo ou objeto” (GIL, 2002, p.138).

Para Gil (2002) os critérios para a seleção do caso vão variar de acordo com a finalidade da pesquisa. Stake (2000, apud GIL, 2002, p.138) aponta que existe três modalidades de estudo de caso “intrínseco, instrumental e coletivo”.

Acreditamos que a modalidade que melhor se aplica neste projeto de pesquisa é o caso intrínseco, pois segundo Gil (2002, p.138-139) “Estudo de caso intrínseco é aquele em que o caso constitui o próprio objeto da pesquisa. O que o pesquisador almeja é conhecê-lo em profundidade, sem qualquer preocupação com o desenvolvimento de alguma teoria”.

Nesse sentido, o estudo de caso intrínseco nos possibilitará alcançar os objetivos específicos do projeto de pesquisa aqui apontado. Acreditamos também, que o estudo de caso será pertinente para compreender o objetivo geral deste projeto, a percepção dos/as educadores/as da Escola de Ensino Fundamental Demócrito Rocha sobre práticas de preconceito no ambiente escolar, pois, o estudo de caso nos disponibilizará as ferramentas necessárias para a efetivação dessa investigação.

5.3 SUJEITOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Os sujeitos participantes dessa pesquisa serão educadores e educadoras da Escola de Ensino Fundamental Demócrito Rocha. Como já dito em um tópico anterior desse projeto, o termo educador/a engloba todos os funcionários/as que fazem parte da escola. Nesse sentido, todos os/os funcionários/os da escola que fazem parte do turno da manhã farão parte da pesquisa.

O recorte feito somente com funcionários/as do turno da manhã, estará levando em consideração que o corpo de funcionários/as que atuar na escola nos dois turnos são diferentes, com exceção do núcleo gestor.

No primeiro momento será realizada uma visita à escola para a conhecer o núcleo gestor e apresentar a pesquisa. Será feito um pedido de autorização para a realização da pesquisa com os/as educadores/as da escola.

Depois o momento de apresentação, voltaremos a escola para começar as observações. Para Marconi e Lakatos (2003) definem a observação como:

(...) é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.190).

As autoras esclarecem bem, quando falam que essa técnica não consiste somente em ver ou ouvir, mas com a observação o pesquisador poder examinar os fenômenos encontrados no campo de pesquisa. Marconi e Lakatos (2003) afirmam que a observação é um elemento básico para qualquer cientista.

Marconi e Lakatos (2003, p.191) afirmam que a observação pode oferecer diversas vantagens para o pesquisador/a. Nesse sentido as autoras destacam que a observação “permite a coleta de dados sobre um conjunto de atitudes comportamentais típicas e permite a evidência de dados não constantes do roteiro de entrevistas ou de questionários”.

Diante disso, a observação será utilizada para obter o objetivo específicos de descrever as práticas de preconceito presentes no cotidiano escolar e, a partir desse processo, construir uma aproximação com os/as educadores/as para conhecer sobre suas percepções. Acreditamos que a observação nos dará essa oportunidade.

Observaremos e anotaremos no diário de campo todas as informações que julgarmos pertinentes para serem utilizadas na pesquisa. Observaremos os seguintes tópicos que achamos relevantes para a investigação: educadores/as em seus respectivos espaços de atuação, educadores/as na interação com os/as estudantes e a interação entre educadores/as nas atividades escolares.

Além da observação, serão utilizadas outras ferramentas para a produção das informações. Para Gil (2002, p.140) "(...) no estudo de caso utiliza-se sempre mais de uma técnica. Isso constitui um princípio básico que não pode ser descartado". Por esse motivo utilizaremos mais de uma ferramenta para a construção das informações da pesquisa.

Conseqüentemente, utilizaremos a entrevista como auxílio para a elaboração dos dados da pesquisa. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p.195) "a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional".

Como destaca as autoras, é um encontro de entre duas pessoas. Sobre isso, as entrevistas serão realizadas com pelo menos seis educadores/as do turno da manhã da Escola Demócrito Rocha, de forma individual.

As pessoas entrevistadas serão os/as educadores/as com quem houve aproximação durante a observação, de modo a contemplar aqueles/as que atuem em diferentes funções dentro do ambiente escolar. Será ainda levado em consideração como critério para participação na entrevista, o tempo que o/a educador/a atua naquela escola, sendo no mínimo 3 meses de atuação, para garantir que possua uma vivência básica da dinâmica escolar.

Existem diferentes tipos de entrevista, elas vão variar de acordo com a finalidade do pesquisador/a (MARCONI; LAKATOS, 2003). A entrevista aqui utilizada será a entrevista semi-estruturada. Segundo Fraser e Gondim (2004, p.6) esse tipo de entrevista é bastante presente na pesquisa qualitativa pelo fato de que "(...) o entrevistador introduz o tema da pesquisa e deixa o entrevistado livre para discorrer sobre o mesmo, fazendo apenas interferências pontuais".

Diante disso, os/as entrevistados/as poderão sentir-se mais à vontade para responder às perguntas que serão realizadas pela pesquisadora.

Marconi e Lakatos (2003, p.199), destacam que “A preparação da entrevista é uma etapa importante da pesquisa: requer tempo o pesquisador deve ter uma ideia clara da informação de que necessita”. A elaboração dos tópicos deve ser feita de forma precisa e sucinta para que os/as entrevistados/as não tenham dúvidas em relação as perguntas que estão sendo feitas.

Nesse sentido, usaremos as seguintes perguntas para tentar identificar por meio das falas dos/as entrevistados/as os objetivos específicos apontados nessa investigação:

1- O que você definiria como preconceito?

2- Você já presenciou alguma forma de preconceito entre estudantes na escola? Poderia descrever como foi?

3- Para você, quais os efeitos que o preconceito pode causar na vida do/a estudante que o sofre?

4- Nessa escola existem medidas para evitar e combater o preconceito? Quais?

Dessa maneira, conseguindo observar na fala dos/as entrevistados/as os objetivos específicos, tentaremos chegar ao objetivo geral aqui apresentado, compreender a percepção de educadores e educadoras da Escola de Ensino Fundamental Demócrito Rocha sobre as práticas de preconceito entre estudantes no âmbito escolar. A pergunta 1 dará conta do primeiro objetivo específico, a pergunta 2 investigará o segundo objetivo específico, a 3 o terceiro objetivo e a pergunta 4 o quarto objetivo específico dessa investigação.

Ao final das observações e entrevistas realizadas, vamos propor uma roda de conversa com todos os/as participantes da pesquisa. Essa roda de conversa terá como propósito investigar de modo mais coletivo e participativo o quarto objetivo específico da pesquisa, ou, seja, avaliar que medidas são utilizadas pelos educadores/as para combater as práticas de preconceito na escola.

Com a finalização da etapa de análise das informações será realizado um momento de seminário para que a pesquisadora possa realizar uma devolutiva

para com os/as participantes sobre os resultados e conversar com ele/as sobre como foi participar desse processo e também sobre as práticas de preconceito entre os/as estudantes que foram identificadas durante a pesquisa.

5.4 ANÁLISES DAS INFORMAÇÕES E CUIDADOS ÉTICOS

Após as observações e entrevistas realizadas começará o processo de análise do que foi observado e da transcrição das entrevistas de modo que será levado em consideração tudo o que foi exposto pelos/as entrevistados/as.

Creswell (2007, p.194) afirma que:

O processo de análise de dados consiste de extrair sentido dos dados de texto e imagem. Envolve preparar os dados para análise, conduzir análises diferentes, aprofundar-se cada vez mais no entendimento dos dados, fazer representação dos dados e fazer uma interpretação do significado mais amplo dos dados.

O autor destaca que esse processo pode ser realizado com diferentes análises. É preciso também segundo ele, aprofundar-se dos dados para uma melhor interpretação dos mesmos.

Os resultados serão analisados levando em consideração os objetivos a serem alcançados com a realização da pesquisa, ou seja, todas as informações serão averiguadas em função dos aspectos de cada objetivo específico, afim de se construir um olhar, ao final, sobre o problema de pesquisa aqui apontado.

As práticas e efeitos dos preconceitos serão também analisadas dentro de um olhar interseccional, pois acreditamos que esse conceito pode contribuir para identificar nas percepções e sobre as práticas as articulações dos diferentes marcadores sociais.

No que se refere a ética na pesquisa, as autoras Minayo e Guerriero (2014, p.1106) esclarecem que faz parte da ética na pesquisa, “(...) a necessidade de o pesquisador observar-se a si mesmo e a seu comportamento no campo, visando a uma postura de respeito para com seus interlocutores, num movimento conhecido como “reflexividade””.

É necessário que a pesquisadora adote uma postura de respeito para com os agentes da pesquisa. Fazendo, assim, segundo as autoras destacadas, uma atitude reflexiva no decorrer da pesquisa.

Respeitar sempre as colocações dos/as participantes é um pressuposto fundamental para o prosseguimento da pesquisa. Deve ser levado em consideração as restrições feitas pelos/as mesmo/as, afim de preservá-los/as de qualquer constrangimento que a exposição dessas informações possa vir a causar eles/as.

REFERÊNCIAS

BAIBICH, Tânia Maria. Os Flintstones e o preconceito na escola. **Educar**, Curitiba, n. 19, p. 111-129. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n19/n19a09.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2018.

BRAGA, Evelyn Fernanda da Silva; URT, Sonia da Cunha. **Violência e preconceito na escola – o que dizem os alunos**. In: Seminário de Representações Sociais, 3, 2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19141_10095.pdf> . Aceso em: 19 de fev. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação, 1998.

_____. **Censo Escolar da Educação Básica 2016 Notas e Estatísticas**.

Brasília, 2017. Disponível

em:<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf> Acesso em: 15 de dez. 2018.

CANTARELLI, Juliana Mezomo; GENRO, Maria Elly Herz. Professores e diversidade na sala de aula: desconstruindo preconceitos e potencializando cidadania. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 2, p.280-297, maio 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/5243>> Acesso em: 12 Nov. 2018.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humano. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p.235-250, jan. 2012. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n118/v33n118a15.pdf>> Acesso em: 20 Dez. 2018.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. - Porto Alegre, 2007.

CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado; BUENDGENS, Jully Fortunato. Preconceitos na escola: sentidos e significados atribuídos pelos adolescentes no ensino médio. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 16, n. 1, p.45-54, jan. 2012. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/pee/v16n1/05.pdf>>. Acesso em: 12 de nov. 2018.

FRANSER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa

qualitativa. **Paidéia**, 2004, 14 (28), 139-152. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo :Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GONÇALVES, Josimere Serrão. Interseccionalidade de gênero e relações raciais: uma introdução. In: IX Fórum Internacional de Pedagogia, 2017, Pará. **Seminário...** FIPED, 2017. Disponível em: <<http://www.ixfiped.com.br/anais/209.pdf>>. Acesso em: 18 de mar. 2019.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>>. Acesso em 12 mar.2019.

GOMES, Wesley Bruno Silva do Nascimento. **Preconceito: compreender, prevenir e recusar é o que a escola precisa**. 2015. 36 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural) -Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

HILARIO, Heloisa Aparecida de Melo; PALMA, Rejane Christine de Barros. **O preconceito nos discursos e nas atitudes que permeiam o ambiente escolar**. Paraná, 2014. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uel_ped_pdp_heloisa_aparecida_de_melo_hilario.pdf> Acesso em: 20 de dez. 2018.

ITANI, Alice. **Vivendo o preconceito em sala de aula**. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo, Summus, 1998.

KOZELSKI, Adriana Cristina; ALBUQUERQUE, Marilde; ARRUDA, Gisele. Indisciplina, agressividade e violência nas escolas de ensino fundamental dos anos iniciais. In: XII Congresso Nacional de Educação, 4, 2016, Paraná. **Seminário...** Paraná, 2016. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26292_12865.pdf> Acesso em: 20 Jan. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MAZZON, José Afonso (coord.). **Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar**. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas-USP e INEP, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, 1103-1112, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n4/1413-8123-csc-19-04-01103.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

PACHECO, Kátia Monteiro de Benedito; Alves, Vera Lucia Rodrigues. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **Acta fisiátrica**. São Paulo, v.14, n. 4, dez. 2007, 242-248. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/actafisiatrica/article/view/102875/101168>>. Acesso em: 6 fev. 2019.

PERPÉTUO, Claudia Lopes. O conceito de interseccionalidade: contribuições para a formação no ensino superior. In: Simpósio Internacional em Educação Sexual, 5, 2017, Pará. Anais... Pará, 2017. Disponível em: <<http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3159.pdf>>. Acesso em: 12 de mar. 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina, **CLACSO**, Buenos Aires, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 15 de fev. 2019.

SALLES, Leila Maria Ferreira; SILVA, Joycy Mary Adam de Paula e. Diferenças, preconceitos e violência no âmbito escolar: algumas reflexões. **Cadernos de Educação**, Pelotas, p.149-166, janeiro/julho, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1768/1643>>. Acesso em: 17 de fev. 2019.

SILVA, D. J. **Educação, preconceito e formação de professores**. Em R. M. C. Libório & Silva, D. J. (Orgs.), **Valores, Preconceitos e Práticas Educativas** (p. 125-141). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

SCOPEL, Delza Tonole; GOMEZ, Mercedes Silverio. O papel da escola na superação do preconceito na sociedade brasileira. **Educação e Tecnologia**, Espírito Santo, v. 1, n. 2, p.2-14, abr. 2006. Disponível em: <http://www.faacz.com.br/revistaeletronica/links/edicoes/2006_01/edutec_delza_preconceito_2006_1.pdf>. Acesso em: 4 de fev. 2019.

SOARES, Maria Elizalda de Oliveira; CLÍMACO, Veríssima Dilma Nunes. O papel do professor nas situações que envolvem preconceito e discriminação racial em escolas públicas do ensino fundamental. **Artigo científico** apresentado à Mostra de em Pesquisa Ciência e Tecnologia, 2017. Disponível

em: <<https://even3.azureedge.net/anais/47828.pdf>.> Acesso em: 20 de fev. 2019.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007. Disponível em: <http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf> . Acesso em: 15 de mar. 2019.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Editora; Bookman, Porto Alegre, 2001.